

Susana Maria Lopes Botelho Nunes Inácio.
 Susana Maria Lourenço Rodrigues.
 Susana Maria Miranda Veiga Rosa.
 Susana Maria Morais Carvalho Pires.
 Susana Marlene Nunes Gouveia.
 Susana Oliveira Martins.
 Suzana Margarida Violante Branco.
 Tânia Alexandra Santos Paz Ferreira.
 Tânia Filipa dos Santos Boura Rodrigues.
 Tânia Isabel Ramos Martinho.
 Tânia Patrícia de Matos Rajão.
 Teresa Domingues Costa Brites.
 Teresa Maria Sequeira de Castro Leitão.
 Tiago José Ribeiro Gonçalves.
 Tiago Nuno Pereira da Silva.
 Valter Gervásio Cardoso Santos Costa Freitas.
 Vanda Isabel da Graça Eustáquio.
 Vanda Maria Mendonça Tomás Filipe Madaleno.
 Vanda Pinho Henriques de Sousa.
 Vânia Isabel dos Santos Ramalho.
 Vera Cristina Lavado Caeiro Paiais.
 Vera Maria Rodrigues Ferreira.
 Vera Mónica Dias Rosa de Almeida Cabral.
 Virgínia Matilde Lopes Moreira.
 Vítor Alberto Fraga Coutinho.
 Vítor José dos Santos Nogueira.

Os candidatos admitidos a este concurso são, em conformidade com o artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, convocados para a prestação das provas escritas de conhecimentos, a ter lugar no próximo dia 23 de Setembro, nas instalações do Colégio Militar, sito no Largo da Luz, em Lisboa, para os residentes no continente, e nos respectivos quartéis-generais, para os candidatos da Madeira e dos Açores.

Os candidatos deverão estar presentes nos locais de exame às 13 horas e 30 minutos, hora de Lisboa.

A prova de conhecimentos gerais, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e resultantes da vivência do cidadão comum, terá a duração de uma hora, com trinta minutos de tolerância.

A prova de conhecimentos específicos, cujo conteúdo abrange a legislação referida no aviso de abertura do concurso, terá início às 16 horas e 30 minutos (de Lisboa), com a duração de uma hora, com trinta minutos de tolerância.

Os candidatos deverão ser portadores do bilhete de identidade.

16 de Agosto de 2006. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Paulo Jorge Torres Afonso*, TCOR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 18 110/2006

Por meu despacho de 23 de Agosto de 2006, Alexandra Martins Louro, Ana Isabel Dimas Garcia e João Paulo de Oliveira Narciso, assistentes administrativos, escalão 2, índice 209, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, foram transferidos, obtida a anuência do serviço de origem, para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a partir 1 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 18 111/2006

Por despacho do subdirector-geral de 21 de Agosto de 2006, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Foi autorizada a Bárbara Isabel Aniceto Teixeira, escritã auxiliar do Tribunal da Comarca de Espinho, a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra.

Foi autorizada a Telma Maria Claro Cancela Guedes, escritã auxiliar do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Espinho.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho n.º 18 112/2006

Por despacho do subdirector-geral de 22 de Agosto de 2006, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Foi autorizada a Armando Manuel Pimentel Guedes, escritão auxiliar dos Juízos de Execução de Lisboa, a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, mantendo o destacamento.

Foi autorizada a António Luís Cerqueira de Freitas Monteiro, escritão auxiliar do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a permuta para idêntico lugar dos Juízos de Execução de Lisboa.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 18 113/2006

Por despachos de 20 de Outubro de 2005 e de 7 de Julho de 2006 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária e do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, respectivamente, foi Maria Alcina Pereira Borrego Marques, assistente administrativa especialista do quadro do Hospital de Sousa Martins — Guarda, a exercer funções em regime de requalificação na Polícia Judiciária, transferida como especialista auxiliar de escalão 1 para o quadro da mesma Polícia. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, o Chefe de Área, *António Barbosa*.

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Despacho (extracto) n.º 18 114/2006

Por despacho de 22 de Agosto de 2006 do Ministro da Justiça, o licenciado Filipe João Orfão Ferraz, técnico superior de orçamento e conta principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, sob proposta da inspectora-geral dos Serviços de Justiça e obtida a anuência do Ministro de Estado e das Finanças, foi nomeado, em regime de comissão de serviço, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 101/2002, de 29 de Março, para o exercício das funções de inspecção superior na Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça.

25 de Agosto de 2006. — A Inspectora-Geral, *Ana Guerra Martins*.

Despacho (extracto) n.º 18 115/2006

Por despacho de 22 de Agosto de 2006 do Ministro da Justiça, o licenciado Luís Miguel Pereira Pimenta, técnico superior de orçamento e conta do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, sob proposta da inspectora-geral dos Serviços de Justiça e obtida a anuência do Ministro de Estado e das Finanças, foi nomeado, em regime de comissão de serviço, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 101/2002, de 29 de Março, para o exercício das funções de inspecção superior na Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça.

25 de Agosto de 2006. — A Inspectora-Geral, *Ana Guerra Martins*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 9619/2006

Faz-se público que na sequência do protocolo n.º 4/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de Março de 2005, da deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 3 de Outubro de 2005, do despacho conjunto n.º 21/2006,